

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Ricardo Nishimura Vieira**

**CIDADANIA ESPORTIVA:  
Uma possibilidade na educação física**

Campinas  
2010

**Ricardo Nishimura Vieira**

**CIDADANIA ESPORTIVA:  
Uma possibilidade na educação física**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Graduação) apresentado à Faculdade de  
Educação Física da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do  
título de Licenciado em Educação Física

**Orientador: Lino Castellani Filho**

Campinas  
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA  
PELA BIBLIOTECA FEF – UNICAMP**

V673c Vieira, Ricardo Nishimura.  
Cidadania esportiva: uma possibilidade na educação física / Ricardo Nishimura Vieira. - Campinas, SP: [s.n], 2009.

Orientador: Lino Castellani Filho.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Esportes – autonomia. 2. Esportes - cidadania. 3. Educação física escolar. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III . Título.

asm/fef

**Ricardo Nishimura Vieira**

**CIDADANIA ESPORTIVA:  
Uma possibilidade na educação física**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Ricardo Nishimura Vieira e aprovado pela Comissão julgadora em: 02/02/2010

Lino Castellani Filho

Elaine Prodócimo

Campinas  
2010

# Dedicatória

*Dedico este trabalho a minha família. Eles que mesmo não concordando com todas as decisões e rumos tomados na minha vida jamais deixaram de dar apoio, suporte e carinho. A vocês um grande obrigado!*

# Agradecimentos

*- Mais uma vez fica uma menção especial a família. Ana Regina, Mauro e Laís foram mais do que simplesmente mãe, pai e irmã dividindo o mesmo teto. Agradeço por todo o amor, carinho, paciência, e até severidade em alguns momentos que me ajudaram muito a crescer como pessoa ao longo de todos esses anos passados juntos. Devo-lhes tudo o que conquistei até aqui. Fica um grande obrigado e amor eterno a vocês, meus grandes companheiros de vida.*

*- Aos amigos e colegas que fiz nesses últimos cinco anos em Campinas. Por compartilharmos vários momentos e me ensinarem muito também sobre amizade, responsabilidade e companheirismo. Em especial os amigos que fiz na minha turma, 05 diurno. Verdadeiros irmãos, que espero jamais perder contato e a amizade que tornaram esse período da faculdade o melhor e mais saudoso da minha vida. Também um agradecimento especial aos meus amigos da moradia estudantil, que moraram comigo no meu primeiro ano, por terem me aceitado e acolhido tão bem num período tão difícil, em que ainda me adaptava a uma nova vida longe de casa. Foram grandes parceiros também.*

*- Ao meu orientador Lino Castellani Filho por ter me guiado nessa longa trajetória da monografia e pela inesgotável paciência e compreensão com todos os percalços e inúmeras falhas que cometi na elaboração deste trabalho. Por jamais deixar de acreditar no meu potencial apesar de nem sempre ter merecido essa confiança.*

*- A professora Elaine Prodócimo, por ter aceitado ser banca deste trabalho e por sua enorme contribuição na parte final de todo o processo, me dando incentivo e tranquilidade para ter terminado da melhor forma possível.*

*- A todos os professores da FEF e da UNICAMP com que tive contato, por tudo que foi ensinado, pela dedicação e por permitir o crescimento e amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal de todos nós, alunos.*

*- A Ana Lúcia, que apesar da distância nesses últimos seis anos, sua figura continua bem viva nas minhas lembranças. Sua coragem, determinação e força de vontade na busca dos sonhos foram um grande exemplo e incentivo para superar os muitos obstáculos e ter conseguido ingressar na UNICAMP.*

Vieira, Ricardo Nishimura. **Cidadania esportiva**: uma possibilidade na educação física. 2010. 46f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2010.

## Resumo

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que visa construir a idéia de cidadania esportiva através da revisão, discussão e compreensão sobre cidadania e esporte, entendidos como práticas sociais e construções históricas do homem. Reflete sobre o que implica a cidadania, todo seu processo de mudança com o tempo e busca sua conceituação de forma mais significativa, que vá além do conceito simplificado em que ela consiste apenas de direitos e deveres. Também traz reflexões sobre o esporte hoje, buscando melhor entendê-lo através do seu levantamento histórico, considerando-o na sua essência particular, como conteúdo cultural da educação física. A partir do conhecimento de ambos este trabalho aborda o debate da cidadania esportiva como possibilidade concreta de exercício da cidadania no contexto da educação física escolar, e mesmo em outras vertentes da educação física. Compreende que a base para a cidadania se pauta na autonomia cidadã, caminhando assim para a emancipação política, por fim dando subsídios à emancipação humana como um todo. No caso da cidadania esportiva, esta exercida através da autonomia esportiva, e de que essa autonomia esportiva se dá pelo conhecimento necessário para o fazer esportivo. Não considerando o conhecimento como o único fator, mas como base e elemento chave de construção da autonomia do cidadão em relação ao esporte, de poder conhecê-lo e se apropriar dele, trazendo-o como parte de seus tempos livres, de suas vidas. Mostra como a cidadania esportiva é possível e a sua importância no exercício da cidadania na escola e no acesso ao esporte como direito social.

Palavras-chave: cidadania esportiva; autonomia esportiva; educação física escolar

Vieira, Ricardo Nishimura. **Citizenship sports**: a possibility in physical education. 2010. 46f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2010.

## **Abstract**

This paper presents a literature review which aims to build the idea of citizenship through sport of review, discussion and understanding of citizenship and sport, understood as social practices and historical constructions of man. It reflects on what citizenship entails, all their changes over time and seeks their conceptualization more significantly, going beyond the concept in simple terms, it consists only of rights and duties. Also reflects on the sport today, seeking to better understand it through his historical survey, considering it in its particular essence, and cultural content of physical education. From the knowledge of both this paper addresses the debate on citizenship as sports real possibility of citizenship in the context of school physical education, and even in other aspects of physical education. Understand that the basis for citizenship is based on the autonomy citizen, walking so for political emancipation, finally giving subsidies to human emancipation as a whole. In the case of citizenship sports, the autonomy exercised by the sport, and that this autonomy is through sports knowledge to do sports. Not considering knowledge as the only factor, but as a base and a key element of building the autonomy of the citizen in relation to sports, you can meet him and take possession of it, bringing it as part of their leisure time in their lives. It shows how sports can citizenship and its importance in the exercise of citizenship in school and access to sports as a social right.

Keywords: sports citizenship, autonomy sports, physical education

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**FEF** – Faculdade de Educação Física

**FE** – Faculdade de Educação

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**ONU** – Organização das Nações Unidas

# Sumário

<b>1- Apresentação .....</b>	<b>09</b>
<b>2- Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>3- Cidadania .....</b>	<b>15</b>
<b>4- Esporte .....</b>	<b>26</b>
<b>5- Cidadania Esportiva .....</b>	<b>33</b>
<b>6- Considerações Finais .....</b>	<b>42</b>
<b>7- Referências bibliográficas .....</b>	<b>45</b>

# 1 - Apresentação

Antes de qualquer consideração sobre o tema e o trabalho venho aqui falar um pouco sobre mim. A apropriação do conhecimento e a forma com o qual ele se deu contribui para entender e justificar a escolha da relação cidadania e educação física como tema central deste trabalho. E também é um interessante exercício de reflexão feito neste momento de conclusão de curso, olhando para trás e revendo minha trajetória na faculdade.

Passei os últimos cinco anos da minha vida na Faculdade de Educação Física (FEF). Ao ingressar era apenas um jovem animado, com a expectativa de aprender muitas coisas novas e de poder trabalhar com o que gostava. Meu interesse na educação física se deu fundamentalmente por causa dos esportes. Sempre tive incentivo e condições de praticar alguns deles, e até hoje tenho grande apreço pelos esportes coletivos. Mesmo os que não pratico, às vezes assisto na televisão e prestigio o espetáculo que ele nos dá. E ter a chance de trabalhar nessa área foi muito motivante, foi o combustível dos esforços e sacrifícios necessários para passar pelo vestibular. Esse é o panorama no início. Muitos sonhos e expectativas quanto ao futuro.

Passados esses cinco anos muito mudou. Apesar dos percalços não temo em dizer que mudou para melhor. O jovem sonhador foi aos poucos dando lugar a um homem racional. Um homem que errou muito, às vezes deixou o sonho morrer, foi irresponsável com compromissos importantes, foi por vezes arrogante com os amigos e colegas. Mas acertou muito também. Superou os temores de uma vida nova na faculdade, aprendeu a se cuidar sozinho longe da família, aprendeu a controlar o próprio dinheiro, aprendeu a organizar as tarefas, aprendeu a ter mais iniciativa e responsabilidade, e por fim conheceu amigos que pretende levar para a vida toda. Entre erros e acertos foram mudanças grandes do ponto de vista pessoal.

Do ponto de vista acadêmico o processo de evolução com o qual passei foi notável. O objetivo inicial na educação física era trabalhar com esporte, o qual tanto admirava. De preferência com o alto nível, inserido nas ciências do esporte. Mas problemas surgiram no caminho. Acabei por descobrir algumas faces ruins do esporte. Principalmente nas modalidades

olímpicas, em que hoje o vencer a qualquer custo vem se tornando uma constante.

Dopping, “jogo-sujo”, alto nível de lesões, aposentadorias precoces e grande exclusão fazem parte de um contexto que já não admirava com o mesmo entusiasmo. E a forma como ele vem sendo construído historicamente, como meio de lazer educativo das classes dominantes reforça ainda mais seu caráter excludente. Enfim, uma grande desilusão, que foi determinante na opção de seguir na licenciatura em educação física, indo na direção oposta a que pretendia no meu ingresso a faculdade. Seguir essa nova trilha foi muito importante e benéfico na minha formação.

Houve muitas dúvidas e temores sobre o que o futuro reservaria para um profissional no ensino formal. Mas a pedagogia me guiou a um caminho da inclusão, a possibilidade de usar o esporte e outros conteúdos para ensinar e integrar. E o estudo da realidade educacional brasileira foi importante para o meu amadurecimento, mostrando que teremos problemas aonde quer que estejamos. E nem por isso há desânimo e desesperança. Há sim um grande esforço de luta pela formação de qualidade dos nossos futuros cidadãos brasileiros na escola. Tudo isso acendeu em mim a chama do interesse pelo estudo das ciências humanas, base da pedagogia. Estudo esse que é o grande diferencial da FEF em relação às outras faculdades, nos permitindo uma formação cada vez mais sólida e completa.

Outro fator importante na minha história aqui foi a gradual queda da citada desilusão com o esporte. Reconheço que foi precipitado da minha parte. Uma construção histórica como o esporte possui características ruins de fato, mas não é feito apenas disso. Também há bons valores, mesmo no alto nível. Ele funciona como um elemento mobilizador, permite que expressemos nossos sentimentos, nossas individualidades, pode ser uma prática recreativa e saudável, permite conhecer pessoas novas. O erro foi desqualificar o esporte olhando apenas para uma de suas faces. Mas como nada é feito apenas de características negativas, também há um lado benéfico que não pode ser ignorado. Assim voltei a ter perspectivas com o esporte e recuperei um pouco da paixão e do entusiasmo por ele, que tanto me motivaram a chegar até aqui. E hoje me vejo como um aluno quase formado, interessado em várias propostas de trabalho, como ensino formal, pedagogia dos esportes, lazer e recreação, educação física adaptada, preparação física entre alguns outros. E cada vez mais confiante em fazer o melhor possível. Bem diferente do sonhador do início e do desiludido no meio do caminho. A lição que ficou aqui foi a

de que nada na vida é feito apenas de fatores ruins. E nem apenas de fatores bons. Qualquer que seja o curso, profissão, e mesmo as pessoas, todos possuem virtudes e defeitos, qualidades e vícios, tudo dentro de um mesmo complexo. E fica até como incentivo, de que realmente há momentos do curso em que não há mais vontade de continuar, sente-se a necessidade de “mudar de ares” como a melhor solução. Mas o que se precisa é olhar com um pouco mais de atenção em volta, perceber que há muitas coisas boas também. E que alguns dos problemas nos acompanharão onde quer que estejamos, mudando-se ou não.

Essa é basicamente a minha trajetória nesses últimos cinco anos da minha vida passados aqui. Agora inserido em várias possibilidades e esperançoso com o que virá pela frente. Não um futuro de luxo, com grandes realizações materiais e financeiras. Mas um futuro de grandes realizações pessoais e profissionais como educador físico, buscando o melhor na minha atuação.

## 2 - Introdução

A escolha do tema cidadania esportiva se deu pelo interesse na cidadania em si. Durante a minha passagem pela licenciatura, em disciplinas da Faculdade de Educação (FE) tive contato com a atual versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela tem importância singular, rege o trabalho docente e seu estudo foi um importante passo para chegar aqui. Nela, no título II, art. 2 diz:

### *Título II*

#### *Dos Princípios e Fins da Educação Nacional*

*Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996)*

Um artigo fundamental, um dos primeiros do documento. E refere-se a preparar para o pleno exercício da cidadania. Aqui surgiu a grande problemática. Como eu, na prática docente farei para garantir aos alunos o exercício da *cidadania*? Sequer sabia explicar o que é, do que se trata. O conhecimento que tinha era o de *cidadania* como direitos e deveres a serem cumpridos por todos, sem exceção. Foi uma definição adquirida nas primeiras séries do ensino fundamental e que trazia até hoje. Não houve progresso, reflexão e superação desta idéia básica. Isso me incomodou muito, estar a concluir a licenciatura, me formar como educador habilitado a intervir na realidade escolar, tendo uma idéia bastante simples e vaga do que é, e do que significa *cidadania*. Através de várias leituras obrigatórias realizadas tive contato com trabalhos que colocavam a *cidadania* como objeto central de estudo. A partir deles pude perceber o quanto pode ser um tema complexo e de difícil fundamentação. Sua discussão pode tomar diferentes dimensões do conhecimento: filosófica, pedagógica, antropológica, política por exemplo. Seu

estudo me fez perceber dois fatores. Primeiro a inquestionável importância da *cidadania* numa sólida formação escolar. E segundo toda a minha ignorância a respeito do tema. O aprendizado conseguido nas aulas, trabalhos e seminários foi relevante, mas não me satisfez ainda. Senti a necessidade e interesse de saber mais, de ir além do que já havia sido adquirido. O estudo aprofundado da *cidadania* seria de grande valia para contribuir na fundamentação da minha prática pedagógica. E serviria também para acrescentar muito à minha própria formação pessoal.

Neste panorama que motivou a escolha desse tema dentre tantos outros, e sinto que foi uma excelente escolha, pois foi um estudo de grande valor para preencher as lacunas que havia percebido no meu conhecimento.

No sentido de trazer o tema de forma a contribuir para a educação física escolar, a direção tomada foi de pautar o trabalho na discussão da cidadania-esportiva. Concretamente esta é uma forma de se exercer a *cidadania*, através do conhecimento e autonomia para agir nesse meio, idéia a ser melhor desenvolvida adiante. Foi possível uma associação relevante pedagogicamente do esporte como conteúdo cultural da educação física, e da *cidadania* como construção histórica do homem. A escolha do esporte em detrimento dos outros conteúdos deu-se por ser o principal deles. Não no sentido de ser mais importante que os outros, mas de ser na realidade o “carro-chefe” da educação física. É inegável essa associação automática que tem sido feita de ambos no senso comum. No que diz respeito à realidade escolar brasileira nas escolas públicas, o esporte é praticamente o único conteúdo abordado. O que realmente não significa que seja bem abordado.

A sua qualidade mobilizadora é motivador para a maioria dos alunos, mas o conhecimento sobre o seu significado é bastante pobre, como na *cidadania*. Esses fatos somados ao meu próprio interesse em aprofundar mais os estudos sobre esporte, guiaram ao meu objetivo, de trilhar e descobrir a cidadania esportiva, seu significado e no que implica.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro aborda a *cidadania*, sua história, discussões de outros autores e construção do conceito que responda o que é efetivamente *cidadania*, agora como objeto de estudo acadêmico. No segundo uma construção do esporte através da sua trajetória histórica, as diferentes necessidades sociais a que respondia e responde, desde as primeiras manifestações corporais rudimentares até essa força social e organizada que temos hoje, quase uma entidade viva. Esses dois capítulos dão subsídios teóricos para, no terceiro capítulo, poder associar os dois em torno do objetivo maior do trabalho, de pensar e construir o

que é cidadania esportiva, quais são seus valores e que conhecimentos implica. Por fim na última parte do trabalho faço algumas considerações finais sobre outros aspectos da cidadania-esportiva e do papel do professor de educação física nesse processo.

## 3 - Cidadania

Aqui o meu objetivo é encontrar, através de revisões bibliográficas, um conceito de *cidadania* significativo. Isso no sentido de algo que possa ir além não apenas do senso comum, mas também do que creio ser o conhecimento escolar básico. A busca é por um conceito claro e objetivo, que as pessoas possam compreender e se apropriar dele, ou seja, sentirem-se cidadãos para poder exercer essa condição. Um conceito que poderia me utilizar na prática pedagógica e até mesmo na minha formação pessoal.

Antes de tudo, são necessárias algumas considerações quanto ao raciocínio de conceituar ou definir algum termo. Há tempos venho tratando *conceito* e *definição* como termos semelhantes. Porém não são. O dicionário Houaiss (2001) traz o termo *definição* como "Estabelecimento de limites, conceito filosófico que aponta a natureza essencial de alguma coisa". Ou seja, ao definir damos significado a algo ou a alguém. Só que um significado fechado em si mesmo, diz-se simplesmente o que é e para o que serve. Uma informação isolada de seu contexto, pronta para ser memorizada em formato de termo descritivo. É comum vermos a *definição* de algo e não compreendermos na primeira leitura, sendo necessárias duas ou mais releituras. Na prática, dedicar o estudo apenas as definições pode até complicar a didática, complicar o entendimento de um assunto. O aprendizado baseado na memorização desse tipo de informação mostra-se demasiadamente fragmentado, dissociado da realidade concreta, longe da complexidade inerente ao conhecimento e às ações humanas.

Decorar definições pode ser útil para ter bons desempenhos em avaliações e tirar boas notas na escola, mas após isso esse conhecimento “morre”, não tem utilidade prática se continuar isolado, descontextualizado. Por exemplo, saber que uma câmara de deputados federais faz parte do poder legislativo junto com o senado e se inter-relaciona com o poder executivo e judiciário no governo federal é uma informação útil, porém isolada. Ela passa a ter significado se souber também a influência direta e indireta de suas ações nas nossas vidas, que são pessoas que representam interesses, que aprovam e vetam as leis da nossa sociedade, que temos o direito de

cobrar melhorias em todos os setores, que nós os elegemos e por isso somos responsáveis por quem está lá. Tudo isso não significa que as definições são inúteis e superficiais no aprendizado, não quero negar essa etapa. Significa que se basear nelas como eixo do conhecimento não dará conta da compreensão de um dado objeto de estudo e da sua relação com a realidade que nos cerca, com todas as suas demandas, necessidades, sutilezas, contradições, enfim, com toda a sua complexidade.

Quanto a *conceito* o dicionário Houaiss (2001) diz "Representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar diferentes elementos e aspectos da realidade". Em outras palavras o conceituar constitui-se como a construção de conhecimentos pela associação delas com a realidade. E através desse processo ajudam a compreender essa realidade. Quer dizer, se apropriar de fato de um dado conhecimento. Não apenas saber o que ele é, mas também o seu significado no contexto. O exemplo anterior da câmara dos deputados deixa claro como um dado antes isolado pode passar a ter sentido concreto como conhecimento na vida das pessoas. O *conceito* preenche precisamente a lacuna deixada pela *definição*. Não chegam a ser antagonistas, está mais próximo a um complemento. Em suma, a diferença fundamental é que no *conceito* há a relação com o real, não é um conhecimento com fim em si mesmo.

Portanto a idéia de conceituar vem justamente ao encontro do meu objetivo com a cidadania, que é o de conhecer melhor e de me apropriar dele, contribuindo na leitura da realidade. Portanto desde já parto do princípio de buscar o conceito de cidadania. A sua mera definição já é insatisfatória, o objetivo é ir além, superá-la. Este é o ponto de partida.

A busca por um conceito de *cidadania* implica em considerar alguns pontos já conhecidos na sua discussão. *Cidadania*, independente do conceito ou da abordagem feita, é uma construção histórica, fruto da nossa cultura e das relações sociais. Foi criada, transformada, definida, conceituada e universalizada pelo homem. A história prova que a *cidadania* transformou-se com o passar do tempo. O ser cidadão no século XX é muito diferente do que foi ser cidadão no século XIX, da mesma forma que foi diferente do ser cidadão no século XVIII, no século XVII, no século XVI. O próprio homem e a sociedade passaram por grandes transformações, e como está diretamente ligada a eles, a *cidadania* vem acompanhando esse processo. Nas diferentes épocas ela vem se caracterizando como uma qualidade pertencente às classes dominantes, sendo

buscada pelas massas excluídas. Mesmo com a diminuição da exclusão e do preconceito explícito na sociedade atual, esse panorama de busca por essa condição ainda existe.

É interessante no estudo da *cidadania* constatar e pontuar seu processo de mudança nos diferentes momentos históricos. Buarque (2001, p. 24) a analisa numa linha do tempo “como a luta de cada pessoa por interesses comuns, em busca de uma utopia”. Entende-se utopia como uma meta, uma condição de sociedade ideal que tenta ser alcançada. No século XVIII, estávamos no feudalismo da baixa Idade Média, época de monarquias absolutistas. Não havia muitas cidades ainda, mas já estavam estabelecidas relações sociais específicas de suserania e vassalagem. Nesse contexto havia uma luta pela própria individualidade. Pelo direito de se dispor do próprio corpo, de ir e vir. É o que chamamos hoje de direitos civis. E que para nós hoje parece algo tão normal, não era assim numa época em que os nobres eram donos dos servos, tratados como se fossem parte do gado. O ser cidadão nessa época era poder ter controle e direito por si mesmo, sobre o próprio corpo. Algo relegado apenas aos nobres e aos membros da Igreja. Já no século XIX dá-se um passo a frente. A revolução francesa e industrial leva a transformações significativas, ao fim do poder da nobreza e a ascensão e consolidação da burguesia. Percebe-se que o individualismo sozinho não é o suficiente, que ele precisa também de um processo de cooperação entre os cidadãos. Há uma maior organização coletiva e o surgimento dos Estados Nacionais, dos sistemas capitalista e socialista. A utopia divide-se entre os que querem crescimento econômico e os que querem a coletivização total dos meios de produção. Ser cidadão neste século, portanto, significava lutar pelo crescimento econômico que levaria à independência de cada indivíduo, à realização plena de suas satisfações (BUARQUE, 2001), ou pela inserção do sistema socialista.

No século XX e agora começo do século XXI já temos bem especificado o termo *cidadania*, com todos os seus direitos, trazidos em especial na Carta Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948). Buarque (2001) indica como desafios da *cidadania* no nosso tempo a reconstrução da democracia e a inclusão social. No primeiro item o autor refere-se à reconstrução no sentido de readequação. A democracia como conhecemos é nacional. Discorremos sobre problemas e soluções em nível regional, elegemos prefeitos, governadores e presidentes para administrar nossas comunidades, nosso país. Porém hoje vivemos num mundo bem diferente de alguns anos atrás. Pertencemos a uma realidade integrada, de relações pessoais, comerciais, culturais. É o fenômeno da globalização, uma grande teia de relações em que um movimento em

alguma parte dele é sentido e pode trazer conseqüências diretas ou indiretas, boas ou ruins, às outras partes.

A democracia surge como manifestação nacional e continua assim, mas a realidade universalizou-se (BUARQUE, 2001). Por exemplo, um presidente do Brasil, eleito por milhões de brasileiros, teoricamente, é a maior autoridade na tomada de decisões locais. Mas logo após eleito esse mesmo presidente pode receber uma representante do fundo monetário internacional para lhe dizer como agir nos próximos meses de acordo com interesses específicos de outras partes. “O voto é brasileiro, mas o poder é planetário” (BUARQUE, 2001, p. 25). Outro exemplo é quanto à floresta amazônica. Está em nosso território e é nossa por direito, jamais se negou isso. Mas temos uma responsabilidade global quanto à sua preservação. É nossa, mas na prática não temos o direito de destruí-la completamente para conseguir espaço para mais plantações de soja e cana-de-açúcar, por exemplo. Esta é a realidade integrada da globalização.

Outro fator que fragiliza a democracia atual é o pensamento em curto prazo. Elegemos governantes para mandatos de quatro anos. Portanto nosso voto é pensando no que pode ser feito nos próximos quatro anos. No entanto muitas decisões tomadas hoje trarão conseqüências não apenas nesses quatro anos, mas também em quarenta, cinquenta anos. De forma geral somos imediatistas, queremos benefícios o quanto antes e não consideramos adequadamente o que os resultados em longo prazo podem causar ao meio ambiente e à sociedade. As futuras gerações herdarão o mundo que construímos hoje, seja ele qual for. Em outras palavras quem nascer daqui a cem, duzentos, ou até mil anos mais tarde é quem de fato irá viver as conseqüências das decisões tomadas hoje por nossos governantes, em especial no que diz respeito ao meio ambiente. Por exemplo, se for construída uma usina nuclear no Brasil, ela poderá garantir energia elétrica atualmente, atendendo ao desejo de todos democraticamente. Por outro lado isso pode causar danos irreversíveis por muitos anos pela produção de lixo nuclear e vazamento de resíduos. Não serão as futuras gerações que escolherão os governantes de hoje, mas serão eles que pagarão o preço de suas decisões. Em suma, o primeiro desafio para a cidadania atual e do século XXI é “combinar o longo prazo que a natureza exige com a internacionalização que a realidade impõe” (BUARQUE, 2001, p. 27).

Quanto à inclusão social, o seu oposto, a exclusão, está clara no panorama atual, envolve preconceitos e dogmatismos. De uma forma ou de outra, pode atingir a todos, ninguém está livre

de sofrer algum tipo de discriminação. A exclusão mais forte ainda se dá contra os pobres, marginalizados pela sociedade, considerados por muitos como os "causadores" da violência e da insegurança nas grandes cidades. A primeira vista a solução deste problema é aumentar a riqueza. Os governantes que conseguirem promover um crescimento econômico do país aumentarão a riqueza da população e, portanto, diminuirá a pobreza. Até os anos 60 esse raciocínio de combater a pobreza com o aumento da riqueza tinha êxito. Hoje não mais. A riqueza não tem se distribuído, tem se concentrado nas mãos de poucos. O desejado crescimento econômico tem gerado ainda mais exclusão. A *cidadania* deve guiar ao caminho da não-exclusão, de não tolerar ou ficar omissa diante dela. E o meio para isso é através da educação de todos, massas e elites. Neste ponto entra a educação para todos. Educação no sentido de que a inclusão não se dá pelo crescimento econômico, maior riqueza do país. Na realidade ele se dá “pelo atendimento dos bens e serviços concretos – não de dinheiro – de que alguém precisa para ser incorporado e sair da pobreza” (BUARQUE, 2001, p. 29). São citados cinco pontos, que são comida, educação, saúde, transporte público e um local adequado para morar, com água potável, coleta de lixo e esgoto. São com esses pontos que o autor considera que a população pode desempobrecer, que é diferente de enriquecer. E com destaque especial à educação, já que através dela é possível obter as outras. Por exemplo, um indivíduo bem alimentado e saudável não necessariamente será educado e consciente de tudo o que foi dito até aqui. Já o sujeito educado poderá obter saúde através da higiene, cuidados preventivos e reivindicação de bons serviços públicos sustentado através de trabalho qualificado.

Embora o autor trate da educação e principalmente da inclusão de forma um pouco simplista, essas idéias apontam necessidades básicas e dá suporte a discussão da *cidadania*. A inclusão se dá com o atendimento das necessidades básicas, mas não se limita a isso. Também implica sentir-se parte de um ou mais contextos sociais, ter participação e voz nas decisões e deliberações sobre sua comunidade, não sentir-se discriminado por sua cor de pele ou por outras características suas, entre outros fatores. Não deve ser assistencialista do ponto de vista de atender algumas necessidades para "domar" a população, disciplinar-los e torná-los fiéis a algumas figuras políticas, semelhante a uma troca de favores. A inclusão através da educação de todos e atendimento de necessidades básicas é incompleto, entretanto faz parte do processo como um todo. Não deve ser descartado e sim complementado. Por isso ainda é útil e interessante a

discussão da *cidadania*.

Essas são algumas das utopias da *cidadania* atual, a reconstrução da democracia e a inclusão social. Com esse panorama histórico e análise dos desafios da *cidadania* hoje, fica possível uma maior aproximação de um conceito. Mas ainda não se mostra suficiente para esclarecer o que implica a base desta construção histórica e mutável chamada *cidadania*. Interessa saber além dos seus desafios e utopias conhecer sua essência, o que a compõe e caracteriza. Permanece escondida a sua face. Revelá-la necessita de mais elementos a sua discussão, diferentes abordagens para diminuir a distância do seu significado concreto para a sua prática.

Romano (1997/1998) levanta a tirania como problemática maior ao ensino cidadão. Não apenas aos regimes despóticos ditatoriais que censuram a população e reprimem quaisquer manifestações contrárias aos seus líderes. Mas também a tirania própria de cada um. Por um lado a individualidade jamais deve ser menosprezada. Os desejos, anseios e ambições de cada um de nós são partes irrefutáveis das nossas existências. Grandes feitos na história começaram de sonhos, na possibilidade de sua manifestação. O problema levantado é quando esse individual é colocado acima do coletivo. E não é difícil de imaginar do que se trata. Há quem afirme que o mais perigoso dos tiranos está dentro de nós mesmos, no nosso próprio ego. Platão confirma esse raciocínio ao considerar o amor-próprio como o “maior mal” que pode ocorrer à vida humana. O pior malefício vem da individualidade colocada acima do social, “somos derrotados pela tirania alheia porque nos dobramos diante da nossa própria tirania” (ROMANO, 1997/1998, p. 194). A *cidadania* de fato pode guiar na direção de um equilíbrio, de combinar as individualidades em torno de interesses comuns. A educação para a *cidadania* requer esse pensamento coletivo, o debate em torno dos problemas da comunidade, o caráter solidário, o olhar em torno de si mesmo, porém sem desconsiderar a individualidade de cada um. E isso vale não só para o povo, também para os governantes. O indivíduo educado a satisfazer apenas suas próprias vontades foge do espírito cidadão. Quando alguém assim assume postos do governo este é incapaz de administrar para o coletivo como deveria fazer. Serão menos importantes as necessidades e demandas das comunidades do que a sua própria manutenção no poder. Educar o próprio ego é o caminho primário em busca da *cidadania* plena. O coletivo e o espírito cidadão são idéias inerentes. Começa no próprio lar com a família, com os vizinhos, no bairro, na escola, no grupo de amigos,

com os professores, no trabalho. Todos estão inseridos na vida social. A *cidadania* se mostra uma ferramenta de conscientização de si mesmo e do coletivo na direção de uma sociedade mais sólida, autônoma e justa.

Canives (1991) traz diversos outros elementos à discussão. Primeiro coloca a *cidadania* como pertença a um Estado e a uma comunidade política. A educação para a *cidadania* na democracia requer o respeito às leis. Elas são de fundamental importância, são muito mais do que regras de comportamento escritas por legisladores. As leis regem a sociedade democrática, trazem ordem e civilidade às comunidades, limitam o poder dos governantes. Ao invés de reconhecer o poder de uma etnia ou de uma casta, é o reconhecimento ao poder da lei que permite alcançar a *cidadania*. E o respeito por elas não deve dar-se por medo das punições e sanções a sua desobediência. É comum ver pessoas cometendo infrações, como estacionar em local proibido, porque no momento não há ninguém para multar. Essa necessidade de tomar vantagens de situações burlando regras é nociva ao desenvolvimento da comunidade. O respeito às leis deve ser consentido, não imposto. Assim temos a *cidadania* democrática, com o reconhecimento do controle pelas leis como base de sustentação da comunidade política. E essa base pode sair ainda mais fortalecida através da discussão pública na busca de soluções de problemas. Seja do condomínio, do bairro ou da cidade. *Cidadania* também implica participação e interação. A unidade não depende da dominação de certos segmentos e sim das relações conflituosas desses diferentes segmentos. Aqui há a recusa da violência como solução de conflitos. O meio de resolução é através da discussão pública (CANIVES, 1991). Outro fator importante é que os governantes não são os únicos a agir na comunidade. O cidadão pode tanto almejar cargos públicos quanto pressionar as autoridades, contribuindo para a formação de uma opinião pública. E a educação deve trazer a posição do cidadão como "governante em potencial". Essa condição requer uma participação no mínimo indireta na deliberação dos problemas do cotidiano da comunidade política, resgatando a idéia anterior da discussão pública. Vem na direção oposta ao imobilismo. O indivíduo que se interessa e procura saber o que acontece na sua comunidade, mesmo sem ter a possibilidade da intervenção direta, já está exercendo sua cidadania em certo nível.

Já Manzini-Covre (2007) destaca o caráter reivindicatório da *cidadania*. Da mesma forma que as leis devem ser seguidas e respeitadas pela sua importância, também podem ser usadas

como ferramenta pelos cidadãos na reivindicação de seus direitos. Se em um bairro o asfalto está muito gasto, com as ruas cheias de buracos, há dois caminhos a seguir. Espera-se a prefeitura vir arrumar as ruas quando ela quiser ou toma-se a iniciativa de reclamar na própria prefeitura a melhoria das condições das ruas no bairro. Afinal são de uso público e para isso devem estar em boas condições. A primeira alternativa é muito comum, porém inadequada. Assumir uma postura cômoda e esperar ações governamentais surgindo de repente a resolver todos os problemas é um equívoco. É certo que é dever dos governantes atender a população, mas se fazer presente através da reivindicação é necessário e importante. Se indignar com situações erradas é muito bom, porém inútil se nada for feito a respeito. É muito fácil reclamar do governo que não resolve os problemas da cidade e ficar a esperar tudo acontecer. Só existe *cidadania* se houver a “prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna de fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da *cidadania* pode ser a estratégia por excelência, para a construção de uma sociedade melhor” (MANZINI-COVRE, 2007, p.10). Nem sempre podemos conseguir o que é preciso, ou é preciso muita insistência. No entanto a consciência e prática reivindicatória devem ser hábitos para os cidadãos. O sentimento de não-conformismo baseado nas leis começa a ser cultivado numa educação consciente e crítica. É a *cidadania* plena em detrimento de uma cidadania esvaziada: consumismo, alienação e imobilismo. A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) traz em sua proposta de cidadania o direito de todos de poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Reis (1990) complementa esse raciocínio ao criticar a insuficiência educacional, a exaltação da liberdade sem a consideração da responsabilidade. Esse aspecto diz respeito à conscientização. A prática reivindicatória deve ser feita com responsabilidade. Ela é uma grande conquista, especialmente pensando na sociedade brasileira que há pouco tempo passou por uma ditadura militar. Mas precisa ser bem utilizada. Liberdade sem responsabilidade é uma prática inseqüente, egoísta e muito perigosa para a comunidade política e para a democracia. Se algum de nós fosse usufruir da sua liberdade própria, desconsiderando as outras pessoas, seria a ruína da sociedade.

Com uma discussão fundamentada obtive subsídios para a construção do conceito de *cidadania*. É um caminho perigoso, pois seu estudo levanta aspectos de diferentes áreas como a pedagogia, sociologia e política por exemplo. São conhecimentos que permitem a construção de

um conceito de *cidadania*, mas qual seria? E para quem? O processo de pesquisa me fez concluir que o aprofundamento nesse assunto é tarefa complexa. Sem dúvida pode ser feito um trabalho de pós-graduação ou um livro tendo a cidadania como único tema. E não dará conta da discussão. Mesmo para professores graduados e experientes o estudo da *cidadania* ainda não está esgotado. Muito pelo contrário. Ainda há muito que estudar, debater, escrever e pensar sobre esse tema. Não creio ser possível hoje trazer um conceito perfeito, capaz de responder a todas as angústias e entraves sociais. Isso mostra que devo buscar um conceito de *cidadania* só que não tão profundo e abstrato que nem mesmo eu consiga explicá-lo. Ou seja, o objetivo é um conceito básico. Uma forma diferente de abordar a cidadania, de enxergá-la e compreendê-la criticamente. E que possa ser da mesma forma adquirida pelos alunos no ensino formal, ou por qualquer outra pessoa. É preciso juntar os elementos na formação de um conceito equilibrado entre a sua densidade e a simplicidade no entendimento e apreensão. Construir um conceito novo, que não negue o velho, mas que o supere. Algo mais concreto, que dê conta da demanda pedagógica da educação física escolar, e talvez até de outras disciplinas.

É nítida a complexidade inerente ao tema. Complexidade no sentido de que envolvem diferentes e interligados fatores no mesmo contexto. Não se resume a algumas poucas funções, é um construto amplo e por conseqüência um pouco difícil de pontuá-lo. Isso me leva a refletir sobre o porquê da falta de conhecimento sobre *cidadania* fora da universidade, e até mesmo dentro dela. Sua natureza complexa é simplificada na educação escolar básica através de dois termos: direitos e deveres. Não considero errado o uso dele. O problema que vejo é como esse termo simplificado deixa de ser trabalhado com o passar dos anos escolares, chegando ao ponto de alunos de ensino superior terem quase o mesmo conhecimento sobre *cidadania* que, por exemplo, um aluno da quarta série do ensino fundamental. Novamente saliento que o questionamento não é com o ensino do conceito mais simples nas primeiras séries. Sabe-se que não é pertinente trabalhar com informações muito complexas e abstratas nos primeiros anos escolares (7 a 11 anos aproximadamente). Mas acredito que o caráter complexo da cidadania possa ser aprendido posteriormente.

Canives (1991) afirma que cidadania implica pertença a um Estado, portanto há tanto tipos de cidadanias quanto tipos de Estado. De fato há diferentes Estados, diferentes formas de governo, todos inseridos em determinadas culturas que por fim dão origem a diferentes

cidadanias. Tudo isso ilustra a variedade delas com o passar do tempo e mesmo em uma mesma época. Então qual delas que estou tentando conceituar? Penso que a *cidadania* plena se encontra em regimes democráticos, não importando agora alguns detalhes que diferenciam um regime democrático do outro. Não tenho intenção de tematizar e discutir cidadania em regimes ditatoriais, pois nesse caso ela é oprimida, não existe plenamente. Portanto procuro construir um conceito básico, um mínimo necessário, que chamo de cidadania-base. A partir dela podem se originar outros tipos cidadanias, agora já influenciado por sistemas de governo, culturas nacionais, classes sociais, entre outros fatores.

Buscando juntar elementos que compõe a complexidade da *cidadania-base*, pontuo o que considerarei mais relevante aos meus objetivos: pertença a uma nação/comunidade, liberdade inerente a responsabilidade com os outros cidadãos e a comunidade, prática de reivindicar melhores condições aonde não há, mentalidade coletiva e por fim o respeito consentido às leis. A partir daqui o desafio passou a ser juntar tudo isso em poucas palavras. E acredito que o mais correto seja considerar as características da *cidadania* colocadas acima como uma *condição política*.

A palavra política ainda mostra-se de difícil explicação, da mesma forma que a *cidadania*. Em Houaiss (2001) é definido como "arte ou ciência de governar; arte ou ciência da organização, direito e administração de nações ou estados...". Mas bem diferente de *cidadania*, tão valorizada com o passar do tempo, a política é repudiada pela sociedade, vista como um estorvo, um mal necessário. Em primeiro lugar o processo político é imprescindível na vida de qualquer pessoa, seguindo o poema "O Analfabeto Político" de Bertold Brecht:

*"O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.*

*O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais [...]" (BRECHT, O Analfabeto Político)*

Em segundo lugar, apesar do tratamento dado de maneira tão diferente, vejo *cidadania* e

política caminhando juntos. Não significa que *cidadania* esteja apenas nos governantes. E nem que a ação política seja exclusivamente deles também. A vejo como a principal prática política da sociedade, independente de classe social ou etnia.

Reis (1990) deixa registrado que no ano de 1975, em Berlim, houve um grande encontro de professores, cerca de quinhentos educadores de sessenta diferentes países, em que examinaram o tema "O professor e o processo político". Lá adotaram a definição de processo político como "O modo e a maneira pelos quais se tomam decisões e se aplicam, em todos os níveis da sociedade". E ao final dos debates concluem proclamando "A responsabilidade especial dos professores, do ponto de vista individual e coletivo, na preparação dos futuros cidadãos, a fim de que participem plenamente da tomada de decisões da sociedade". Reis (1990) traz, em consonância com as conclusões do encontro de Berlim, a necessidade da formação política dos nossos jovens. De que eles saibam a importância do processo político, de que ele também acontece fora das instâncias do governo, pode acontecer nas suas próprias casas. Também que tenham idéia da estrutura e funcionamento do sistema político nacional, dos temas, mecanismos, partidos e até das figuras que compõe esse universo. Que possam ler notícias sobre política nacional sem parecer algo tão difícil de compreender. E mais importante ainda, a necessidade dessa educação política ser realizada na escola, nem que exija uma disciplina apenas para essa função.

Por fim considero que o conceito de *cidadania* que eu tanto almejava é o de condição política, englobando diversos fatores que garantem a plena participação (direta ou indireta) do indivíduo na sua comunidade. Apenas votar não garante a *cidadania*, ela deve ser exercida no cotidiano, não apenas a cada quatro anos nas eleições. Não é tarefa fácil, como cita Romano (1991, 196) "um cidadão não brota da natureza, é formado num longo processo educativo..." Mas a *cidadania* está na sua prática, não apenas na sua conceituação. Por isso acredito estar contribuindo de alguma forma nesse longo debate sobre este complexo tema. Que muitas pessoas já se sacrificaram para conquistá-lo, que a nossa geração pode usufruí-lo em sua plenitude, mas muitas vezes não nos damos conta e não enxergamos sua importância nas nossas vidas. Especialmente na prática pedagógica, um dos grandes alicerces na construção da sociedade de hoje e de amanhã.

## 4 - Esporte

Assim como a cidadania, podemos considerar o esporte de várias maneiras. Como construção histórica do homem, herança da civilização, uma parte de nossa cultura corporal, um conteúdo da educação física escolar, um conteúdo do lazer. Enfim, um construto de grande importância na intervenção pedagógica, socialização e bem-estar dos indivíduos. A compreensão do fazer esportivo é importante não só raciocínio sobre cidadania-esportiva. Mas também na fundamentação do trabalho de todos os professores de educação física, não importando as diferenças de metodologias e recursos. O esporte a ser ensinado e difundido para a juventude é o mesmo em qualquer parte do mundo, independe de etnia, crença ou classe social.

É verdade que há diferenças regionais, temos de lidar com os interesses e influências oportunistas de terceiros, mas o importante é que a categoria esporte é uma herança cultural a que todos têm direito de usufruir e é dever de nós, professores, garantir isso aos alunos. E saber o significado, o caminho que foi trilhado até chegarmos ao esporte atual é vital na formação dos professores. Afinal somos nós os especialistas no assunto, e o que se espera de um especialista é compreensão plena do que diz respeito a sua atuação prática.

O questionamento que trago aqui é de onde vem então esse construto histórico chamado esporte? Ele deu-se da mesma forma que hoje desde a sua origem? Assim como na *cidadania*, sua trajetória é antiga e sua evolução vem acompanhando a própria evolução da humanidade no decorrer dos séculos.

Pautado no trabalho de esboço histórico de Rouyer (1965), fiz um levantamento dessa evolução do esporte, desde as suas origens dos tempos livres até o esporte espetáculo como mercadoria que temos nos dias de hoje.

A análise de Rouyer (1965) começa na origem do próprio tempo livre. Afinal o desporto começa como uma parte dele, para depois expandir-se. Nas primeiras sociedades de homens, as comunidades tinham como forte característica o que o autor chama de unidade de atividade. Ou seja, a relação de produção com a natureza se dava através do trabalho e da técnica, e de forma

igual para todos. A caça, a pesca, a colheita, a fabricação de utensílios e ferramentas, a própria colaboração entre eles era vital para a sobrevivência em um ambiente onde a natureza ainda dominava as ações do homem. A unidade do trabalho caracterizava essa sociedade primitiva. Nesse panorama surge junto diversas “atividades de representação, de experimentação, actos necessários a vida, experimentação de si próprios e da vida” (ROUYER, 1965, p. 161). São rituais, atividades simbólicas, religiosas e sociais, praticadas fora do tempo de produção. Lá os indivíduos estabelecem linguagens, se afirmam aos outros e a si mesmos, reforçam a unidade frente à natureza. É nessa rudimentar forma de lazer que vemos plantado o embrião do esporte, seu ponto de partida.

Importante destacar que com o passar do tempo a unidade das primeiras comunidades foi dando lugar a novas relações. Desigualdade das funções sociais, relações de troca e comércio, excedentes em relação à produção, lucros, divisão do trabalho, direitos particulares sobre a terra, acúmulo de riquezas, relações de poder. A antiga unidade dá lugar a sociedade de classes, contexto este determinante nas origens do esporte.

O esporte toma forma e importância próprias na Grécia antiga. Sua sociedade é dividida em escravos, responsáveis por todo o tipo de trabalho manual, e os cidadãos livres, que se limitam a atividades intelectuais, de organização e gestão das cidades e atividades de repouso. Apenas elas são consideradas de valor. Não tomam contato com o trabalho produtivo, pelo contrário o desprezam. Inicialmente reservado apenas aos aristocratas, a atividade física, a ginástica é uma “iniciação aos desportos elegantes, para os nobres repousos do proprietário de raiz” (ROUYER, 1965, p. 163). Um verdadeiro modo de vida. Mais tarde, também com o advento dos jogos olímpicos, essa prática é democratizada a todos os cidadãos (segundo as concepções deles, excluindo mulheres, estrangeiros e escravos), não só os aristocratas. A vitória desportiva nos jogos passa a ser uma das maiores glórias e honras da cidade. A atividade física é também tratada como preparação indireta para a guerra, no entendimento de que todo o homem livre deve estar pronto para pegar em armas e defender sua pátria.

Nesse contexto começa a aparecer a escola como instituição educativa estável. Interessante que em grego, escola e repouso são designados pelo mesmo termo. De fato a educação da época é voltada para cultivo dos repousos aristocráticos: música, poesia e a atividade física, concentrada no atletismo.

Posteriormente, nos séc. V e IV a.C, as atividades físicas vão sendo relegadas a segundo plano em prol da educação intelectual. Inicia-se o chamado pensamento abstrato, a valorização da teoria. Essa mesma teoria que se origina da prática, mas aos poucos, vai se afastando dela. A arte de escrever e falar passam a primeiro plano, tudo de acordo com os interesses da elite da época. Isso tudo é decisivo, não só no esporte da Grécia Antiga, mas para toda a trajetória do esporte. Dá origem a uma concepção de educação física e esporte abstratos. Eles passam a não ter outra função senão de manter a boa saúde do corpo para que o espírito possa se desenvolver plenamente. Ou seja, um corpo saudável apenas para poder ter uma mente saudável. Uma concepção funcionalista e conservadora refletida até os dias de hoje ao se pensar o esporte.

Nos próximos períodos (séc. II e I a.C) o esporte na educação sobrevive mais pelo peso da tradição, no entanto não irá durar muito. No contexto da decadência da própria sociedade grega, o comércio atinge o esporte, com a presença até de escravos pagos nos jogos. Vai perdendo o seu já pouco caráter educativo até chegar ao ponto de não dar conta de mais nenhuma necessidade da sociedade. Somam-se a isso os crescentes avanços da formação intelectual (filosofia, artes e outras ciências), de fato fundamentais na história e no desenvolvimento da sociedade ocidental. O preço disso é o quase desaparecimento das atividades físicas e do esporte, cada vez mais uma prática descontextualizada, com fim em si mesma.

Com as conquistas das cidades gregas por Roma há poucas mudanças. A cultura grega é fortemente assimilada, mas o já enfraquecido desporto não tem perspectivas. A preparação militar não tem utilidade, pois já há o emprego de exércitos profissionais. O repouso da classe dominante é bastante degradado, limitando-se a espetáculos sangrentos e a própria comercialização do esporte e da dança (já iniciado na Grécia Antiga). Os jogos olímpicos são definitivamente suspensos. E ainda por conta do advento e domínio local do cristianismo, o corpo (visto como marca do pecado) é definitivamente desprezado.

Com o fim do império romano pela ação dos povos bárbaros vemos acontecer transformações sociais que nos levam ao período feudal. Ministrada pela Igreja, a educação continua sendo de base espiritualista. Os senhores proprietários de terras até organizam os famosos torneios entre a nobreza, mas tudo visa apenas à preparação para a guerra. Nota-se também uma grande riqueza e tradição de danças e jogos entre os servos, denotando "uma vida social cheia de vitalidade" (ROUYER, 1965, p. 170). Ainda assim o esporte encontra-se em uma

espécie de limbo histórico, apenas algumas de suas características são preservadas em outras práticas do tempo livre. Importante assinalar aqui que no fim desse período começam a se consolidar as comunas burguesas, dando margem a novas relações sociais. A migração dos camponeses para as prósperas cidades, a enorme mão de obra barata e disponível, a revolução industrial e conseqüente enriquecimento da ascendente burguesia, são o pano de fundo para o ressurgimento do desporto, o chamado esporte moderno.

O interesse é a necessidade dessa classe dominante pela ciência e pela técnica, o combate contra o puro dogmatismo espiritual. Isso conduz a um retorno ao antigo humanismo da Grécia Antiga, o movimento conhecido como Renascimento. Este marca o retorno do interesse nas atividades físicas. Pelo pioneirismo da industrialização e conseqüente consolidação da sua burguesia, a Inglaterra acaba por ter importância singular no surgimento do esporte moderno, sendo o mentor e grande difusor de suas práticas pelo mundo.

O que foi tratado até aqui trouxe a formação do esporte moderno na sociedade burguesa da Inglaterra. Esse esporte moderno e sua evolução é que nos traz aos dias de hoje, a correlação mais importante começa aqui. A sociedade inglesa passou por grandes transformações e progressos, expandindo-se e espalhando suas influências por todo o mundo. O esporte é apenas um dos aspectos dessa influência. O panorama histórico das práticas esportivas, passando por Grécia, Roma e o período feudal contribuem para o entendimento das origens do esporte moderno, especialmente no que diz respeito a Grécia antiga. Mas o principal é durante e após esse período, a compreensão do que é o esporte hoje tem sua grande gênese na Inglaterra do século XIX.

Mas como se deu isso? O enriquecimento da classe dirigente lhe permite ócios marcados pela "lei do dinheiro". Apostas em corridas de cavalos e posteriormente em corredores a pé são comuns nos seus tempos livres, com os corredores tornando-se até semi-profissionais. Para satisfazer as suas necessidades de ócio, a burguesia começa a se apropriar dessas práticas, dando origens aos primeiros clubes para a prática desportiva, no começo do século XIX. Nesta época podemos dar destaque à atuação do clérigo Thomas Arnold, que se utiliza do rúgbi como novo meio de educação. Em suma, ele estabelece organização e regras para os clubes e associações universitárias, e confia toda a organização dos jogos aos seus alunos. Esse modelo teve grande sucesso na época, pois respondia a uma necessidade imediata das classes dirigentes. O

desenvolvimento da indústria, das manufaturas, da ciência e apropriação privada dos meios de produção, trouxe enorme riqueza e prosperidade para a burguesia inglesa. Todo esse desenvolvimento conduz a exploração do seu império colonial, a necessidade de comercializar, de exportar e importar. Para isso precisa-se de homens empreendedores, de mentalidade forte, capazes de conduzir os negócios assumindo grandes responsabilidades e prontos a tomar decisões importantes. Ou seja, “homens de ação, solidários, prontos a jogar com o espírito de iniciativa, segundo as regras do jogo capitalista” (ROUYER, 1965, p. 173). Já a educação tradicional, que acaba promovendo uma dinâmica de grande passividade por parte dos alunos, não é tão interessante às necessidades imediatas do imperialismo britânico.

Essa educação desportiva não vem para substituir a tradicional, apenas complementá-la. As iniciativas de Thomas Arnold são de início bastante criticadas pelos meios intelectuais e religiosos da época. Só que na prática funciona tão bem e responde de forma tão eficaz as necessidades da burguesia que acabam se impondo. Notável que não chega ainda a ser uma teoria de educação física, apenas uma prática social que responde a demandas da classe dirigente. Nesse aspecto muito parecido com o desporto grego.

Com o passar dos anos, ainda nesse mesmo século XIX, outras modalidades como atletismo, canoagem, futebol, cricket e outras, vão surgindo (algumas delas derivados dos antigos jogos populares) e se consolidando de forma institucional. Ou seja, com federações regulamentadoras para cada modalidade, estabelecimento de regras escritas, clubes praticantes filiados às respectivas federações e cada vez mais indo em direção ao profissionalismo. Dessa forma caminhamos para o esporte moderno, a inserção definitiva desta prática corporal a cada vez mais pessoas, tendo continuidade até hoje no esporte contemporâneo.

Ao pensar agora neste último, o esporte contemporâneo, temos a exacerbação do esporte profissional. A glorificação do alto nível, do recorde, do herói desportivo visto como modelo social a ser seguido. Muito interessante que a gênese desse profissionalismo veio da luta de classes ainda no esporte moderno. É bem ilustrativo o exemplo do rúgbi, na época em que ainda era apenas uma forma de lazer educativo da burguesia. No entanto alguns trabalhadores de maior talento para o jogo conseguem ingressar nos times e participar, posteriormente dando margem até para o surgimento de clubes de operários. Mas logo aparecem as contradições entre o lazer dos patrões e o lazer dos trabalhadores. Os últimos reclamam do reembolso das horas perdidas do

trabalho (visto que tinham uma jornada de cerca de 65 horas semanais) e das despesas de deslocamento. Pedidos estes prontamente negados pelos patrões. O resultado na prática foi a cisão da Federação de Rúgbi em duas: uma federação de rúgbi de 13 para os operários, semi-profissional, e uma federação de rúgbi de 15, amadora. Essa separação logo conduz os clubes operários ao profissionalismo integral. Por fim fica o esporte amador como lazer educativo para a burguesia e o esporte profissional como possibilidade de trabalho para os operários e fonte de receitas e espetáculo para a própria burguesia. Nesta passagem Rouyer (1965) destaca como de fato o lazer educativo para os trabalhadores é recusado, profissionalizando sua prática esportiva. Esse processo repete-se em outros casos, como no futebol.

Esse é apenas o começo. Com o avanço do sistema capitalista este logo percebe o enorme potencial mobilizador e financeiro do esporte profissional. O esporte de alto nível passa a “organizar-se a partir de princípios econômicos vigentes na economia de mercado - situa-se no plano da transformação da cultura em mercadoria, é parte do que se chama de indústria do entretenimento e precisa ser estudada no plano da economia da cultura” (BRACHT, 2005, p. 111).

Na sociedade contemporânea a mercadorização da cultura é um fato, o que Bracht cita como indústria do entretenimento. As pessoas buscam esse mercado cultural em seus tempos livres, trabalham para no final poder consumi-lo e satisfazer suas necessidades gerais ou específicas. O esporte não se afasta deste ponto, ao contrário, caí muito bem nele. O desporto profissional nos traz a paixão e a emoção que não estão em nosso cotidiano, permite que possamos extravasar sentimentos muitas vezes reprimidos e mobiliza indivíduos e grupos como poucos fenômenos. E sua espetacularização, a forma com que é levado pela mídia para as massas, a forma com que os atletas são exaltados como heróis pelos seus feitos, também abre o caminho para a mercadorização.

O esporte como produto também é uma poderosa ferramenta de propaganda. Consumir esporte é mais do que pagar pelo seu acesso, é se utilizar dos seus sub-produtos. O alto rendimento é o modelo a ser seguido no esporte de lazer até na parte material, os corpos exibem as marcas e seus produtos. É o esportista-consumidor. Curioso é que nesse raciocínio, como novamente Bracht nos aponta, vemos a "esportividade" como valor e comportamento socialmente válido. O "ser esportivo" passa a ser parte do cotidiano, algo até que nos é cobrado de maneira

informal. Isto é, temos que ser ativos, saudáveis, felizes, criativos, empreendedores e competitivos. Enfim ser "esportivos". E isso transparece até no vestuário. Também os mais diferentes jogos e campeonatos são televisionados, mais e mais notícias são vinculadas dando margem a acalorados debates. Uma espetacularização feita pela grande mídia a exemplo do que acaba ocorrendo em outros campos, como o da política por exemplo. E o esportista-consumidor também aparece aqui, com seu poder de compra podendo ter acesso (ou não) a grandes eventos esportivos nos canais de televisão a cabo e *pay per view*.

O esporte aqui atinge talvez o ponto máximo na sua história. Constitui-se como instituição socialmente aceita. As políticas esportivas do *welfare state* na década de 60 e 70 quando a população era incentivada a ter hábitos saudáveis ao invés de uma vida sedentária é apenas um exemplo. Nesse caso ainda que com caráter funcional de conter altas despesas com saúde pública. O esporte profissional e de lazer passam a fazer parte do cotidiano, especialmente dos que tem maior poder de compra e consumo dele. Sobressai-se como conteúdo nas aulas de educação física, destaca-se como um dos principais conteúdos culturais do lazer, possui instâncias governamentais que regem sua prática em todos os níveis, municipal, estadual e federal. Podemos indicar para a tendência a esportivização da cultura corporal de movimento (Bracht, 2005). Mostra-se como forma de movimento mais adequada e funcional para a atual hegemonia. Esse é o panorama até hoje. Ainda há outros aspectos que podem ser levantados acerca do esporte contemporâneo. Aqui levantei alguns que considere mais relevantes para o raciocínio do esporte e suas mudanças históricas.

Em suma, com minhas referências fiz esse exercício de levantamento histórico e reflexão, pontuando toda a trajetória do esporte, buscando compreender, na sua origem e evolução, a sua essência, seu sentido e significado. Com mais esse passo dado me permito pensar com mais segurança sobre o conteúdo chave deste trabalho. Pensar e conceituar a cidadania esportiva.

## 5 - Cidadania Esportiva

Com um melhor entendimento sobre cidadania e esporte, posso finalmente chegar ao raciocínio da cidadania esportiva. Nada mais é do que uma forma de cidadania, visível e aplicável no contexto da educação física escolar. Ensinar e permitir o exercício da cidadania pelos alunos é uma idéia muito válida e interessante, mas realmente um pouco difícil na prática. A própria dinâmica escolar nas relações professor-aluno, apesar de permitir, não é incentivadora do questionamento e do debate. Não cabe aqui discutir e teorizar a instituição escolar e sua dinâmica. Me proponho a uma tentativa de lidar com uma realidade desse meio, a de como tratar o ensino da cidadania na educação física escolar. Enfim, essa tarefa é obrigação de todos os professores visto que não temos uma disciplina específica para isso. Isso pode ser feito aos poucos, ou seja, por pequenas atitudes e exemplos, aspectos do cotidiano, formas de participação, de entendimento das relações aluno-professor-conhecimento-escola. Nada que perca de vista o conteúdo específico de cada disciplina, que ainda é aspecto prioritário das aulas. E tudo isso dentro da apropriação de conhecimentos básicos para a formação do futuro adulto, do futuro cidadão. Só que no caso da educação física como pode ser feito?

A proposta é se utilizar o conteúdo cultural esporte como ferramenta pedagógica. Ele tem sido o conteúdo predominante da nossa educação física escolar e tem um impressionante poder mobilizador nas crianças e jovens. Exercer a cidadania como condição política pode ser feita em algumas condições. Falo da tomada de consciência da realidade, aprendizado sobre ela e por fim da autonomia para agir nessa realidade concreta de forma pertinente. Este último é o conceito chave da cidadania esportiva. Ou de qualquer outra forma de exercer cidadania. Ser autônomo é ter o conhecimento, é ter condições de perceber, refletir e intervir em dados e fenômenos da realidade. O exemplo da lâmpada ilustra bem o que quero dizer. Quando uma delas queima na minha casa, não tenho necessidade de chamar um eletricista profissional para fazer a troca. Eu mesmo posso colocar outra. Isso é possível porque tenho o conhecimento para fazer esse serviço, me foi ensinado e, portanto, começo a ter autonomia para agir nesse caso.

Importante que a idéia de alcançar autonomia requer uma série de fatores. O que a primeira vista parece uma idéia simples, de autonomia em relação a um dado da realidade, na verdade é complexo, às vezes difícil de atingir. Na construção da cidadania esportiva trato do conhecimento como ponte principal para alcançar autonomia, nesse caso esportiva. Porém ela não é o único fator. Voltando ao exemplo da lâmpada, posso ter todo o conhecimento técnico necessário para trocá-la. Mas se essa lâmpada queimada estiver colocada no teto da sala e não possuir uma escada comigo no momento, não poderei fazer nada. Tenho o conhecimento, mas faltam outras condições materiais. Portanto não houve autonomia plenamente. Outra situação que pode acontecer nesse exemplo é quanto ao medo. Posso ter o conhecimento e todas as condições materiais para trocar a lâmpada queimada. Mas posso não querer fazer por ter medo de lidar com algo que envolva eletricidade. Mesmo sabendo que não há riscos nesse caso, e que se houvesse bastaria desligar a caixa de força da casa. Mas o medo me impede executar esse serviço, prefiro pedir para outra pessoa fazê-lo. Mais uma vez a autonomia foi “quebrada” por um fator independente do conhecimento.

A idéia de autonomia é muito ampla, envolve muitos fatores como conhecimento, condições materiais, condições psicológicas, conscientização, iniciativa, oportunidade, só para citar alguns. Aqui trato do conhecimento como fator preponderante, indispensável para alcançá-la. No entanto reconhecendo que sozinho ele não é suficiente. Posso afirmar que a autonomia sobre algo pode ser atingida em vários níveis. E que no máximo consegue-se autonomia plena, em que podemos analisar situações e fazer escolhas pertinentes aos nossos pontos de vista. Os primeiros níveis podem ser atingidos por níveis de conhecimento. A partir daí sim, alcançar os outros níveis, até o máximo. Por isso neste trabalho ainda trato do conhecimento como ponte para a autonomia sobre o esporte no exercício da cidadania esportiva. Mas não resta dúvida que o conhecimento por si só não é sinônimo de autonomia esportiva plena, e em nenhum outro campo.

A questão agora passa a ser qual é o nível de autonomia necessário ou desejável. Na mesma linha do exemplo anterior, e se eu estiver com mais problemas e precisar trocar toda a fiação da minha casa? Essa tarefa exige um nível de conhecimento e prática muito maior do que trocar uma lâmpada. É muito mais do que o básico, não tenho toda a autonomia necessária e terei que contar com o electricista desta vez. Ou ainda eu mesmo fazer um curso, estudar e adquirir o conhecimento, recursos técnicos e materiais para executar esse tipo de tarefa. O que dará muito

mais trabalho, mas pode ser do meu interesse. Entendo que precisamos de uma autonomia básica, que nos ajude na resolução de problemas do cotidiano, tanto em casa quanto no trabalho. No entanto ela é flexível, em alguns campos pode ir além do básico, dependendo dos nossos interesses e necessidades pessoais e profissionais. Já em outros campos pode até ficar abaixo do básico. Ir muito além é realmente facultativo, a personalidade da pessoa acabará sendo determinante aqui. No entanto a autonomia básica para se viver é imprescindível para todos. E um dos lugares onde essa educação se deve fazer presente é na escola. Por consequência nas aulas de educação física.

Mas como associar essa autonomia básica a cidadania esportiva? Primeiro trata-se de permitir aos alunos o contato com o esporte para que possam incorporá-lo as suas vidas. Ou seja, conhecê-los para começar a ter autonomia para praticá-los. Para isso são necessários conhecimentos básicos. Realmente não adianta uma pessoa descobrir vários esportes na educação física, gostar de vários deles, mas não conseguir praticá-los. Refiro-me a condições técnicas mínimas de performance para essas práticas. Por exemplo, podemos ter um garoto que gosta muito de futsal, só que na hora de jogar não consegue dominar nenhuma bola, não sabe chutar, não sabe passar, se posiciona mal em quadra. Ou seja, não tem domínio dos aspectos mais básicos do jogo. Ou ainda outro exemplo, um menino que goste muito de vôlei. Apesar de ter boa altura seu saque dificilmente passa a rede, sua recepção é ruim, e o passe também. Isso vale para todas as modalidades. Sem esses requisitos básicos não há como levar o esporte adiante. Na prática a pessoa vai errar muito mais do que acertar, irá se frustrar e não deverá incorporar o esporte no seu cotidiano. Pior, vai evitá-lo sempre para não viver novas frustrações. Penso eu que esse é um dos maiores fracassos pedagógicos, o aluno que toma desgosto pela atividade física. De fato, mesmo com uma boa educação física escolar, alguns irão preferir outras atividades para o seu tempo livre. Mas é muito frustrante quando a criança sai vendo esporte negativamente por conta de experiências desagradáveis. Pode ser um caminho sem volta.

No esporte escolar não se pode perder de vista o ensino da técnica. Não com um fim em si mesma, mas como forma de conhecimento, apropriação da cultura corporal. Veja que quando falo dessa técnica em nenhum momento me refiro a um alto desempenho, este deve passar longe do ensino formal. Refiro-me a técnica básica, o mínimo necessário para que o esporte possa acontecer. Por mais que se evite, o rendimento está ligado a essa prática. Não necessariamente o

ótimo rendimento, mas um rendimento mínimo. O conhecimento dele, junto com algumas regras principais e até mesmo um pouco da história das modalidades formam uma teia de conteúdos que começam a levar até a uma autonomia esportiva. Permite a execução de gestos motores para que a criança tenha condições de praticar esportes no seu tempo livre. Em casa, no clube, com os amigos, com a família ou quem quer que seja. Ao menos dá a oportunidade de que esse fenômeno social se incorpore na sua infância, a sua vida.

A cidadania esportiva também permite que o aluno tenha subsídios para acompanhar as modalidades aprendidas. Não é interessante para ninguém ver algum jogo na televisão e não entender sua dinâmica, sua "jogabilidade", suas regras. Até pode compreender-se seus objetivos, só que não os recursos de como chegar a ele, o que pode ser feito, perceber quem tem mais talento, quem parece estar mais preparado. Acompanhar a modalidade não implica ser um fã especialista, saber todos os pormenores como se fosse um técnico, mas ter condições de assistir a um jogo e poder fazer uma pequena leitura dele, compreender de fato sua dinâmica, identificar o que foi uma grande jogada. Saber apreciar o esporte e porventura praticá-lo, mesmo que com regras e lugares adaptados. Isso tudo nos leva a tomada de consciência e a autonomia esportiva. Por consequência remete a cidadania esportiva. Nele pode-se conhecer, deliberar sobre ele, agir e participar desses conteúdos corporais da nossa cultura. Ou seja, exercer sua condição política como indivíduo ou equipe através do esporte. Vale salientar que a participação ativa é facultativa. As aulas de educação física não têm o objetivo funcionalista de fazer com que todos os seus alunos sejam seres competitivos e empreendedores, como na Inglaterra do século XIX. Permite sim a vivência e conhecimento de atividades da cultura corporal. O que será feito com esse conteúdo no futuro de cada um é individual.

A cidadania esportiva é incentivadora da prática, mas não necessariamente depende dela. É possível alcançar vários níveis de autonomia em uma dada modalidade apenas como espectador. Apreciar algum esporte sem precisar praticá-lo. Isso é importante, pois quebra o paradigma de que exclusivamente a prática efetiva de esportes é que permite a plena compreensão deles. Eu mesmo por muitos anos pratiquei esportes sem entendê-los criticamente, sem vê-los como conteúdos da cultura corporal. Acima da prática, a autonomia para exercer a cidadania esportiva requer consciência crítica sobre o objeto esporte. Continuo a acreditar que a vivência deles é parte interessante, lúdica e saudável desse processo de apropriação. Não de todas

as modalidades possíveis, ao menos de algumas. Porém, a prática com um fim em si mesma não dará conta do que importa aqui, de garantir cidadania esportiva plenamente, garantir cidadãos conscientizados como o esporte.

O interessante da cidadania esportiva é que ela se configura com um conceito, apesar de relativamente simples, com enorme utilidade pedagógica no trato como a cidadania. Esta por sua vez deve sim ser conceituada, mas estou convencido de que sua aprendizagem está na sua vivência, na sua utilidade prática. E envolvendo o esporte com toda a sua força mobilizadora, mostra-se bastante envolvente e atrativo para os alunos, fundamental em qualquer metodologia pedagógica. E mais, serve como um grande exemplo. A cidadania esportiva é apenas uma forma de exercer cidadania. Com esse exemplo fica mais fácil visualizar outras formas de fazê-lo, tanto no caráter reivindicatório quanto na conscientização, autonomia e participação nos mais diferentes campos. Por exemplo, na música, pintura, conhecimentos de informática, de mecânica, de política nacional e seus bastidores. A base é a apropriação de conhecimentos e conseqüente diálogo com a realidade. Essa idéia básica é formadora de cidadãos, de sujeitos da comunidade, forjadora de homens de uma nação democrática. Parece um discurso demagógico, mas na educação trabalhamos na busca por um ideal. Mesmo que seja muito difícil, ou até impossível a curto e médio prazo, é ele quem norteia o trabalho educativo.

Na cidadania esportiva há ainda outros dois valores interessantes a lembrar. O primeiro é quanto à conscientização do esporte como profissão. Esse aspecto não me parece ser abordado de forma pertinente na escola. A situação apresenta-se da seguinte forma: alguns indivíduos jovens e com talento tem a oportunidade de se tornarem desportistas profissionais com a possibilidade de construir uma carreira vitoriosa, com conquistas, reconhecimento e retorno financeiro. Aqueles que alcançam esse nível são pouquíssimos se comparados aos praticantes amadores. Esses profissionais passam por uma dura e extensa rotina de treinos físicos, técnicos e táticos, planejados para dar conta de uma temporada ou de algumas competições mais importantes. Precisam constantemente estar cuidando da própria saúde e evitando excessos, já que seu próprio corpo é a sua principal ferramenta de trabalho. Na alimentação seguir rigorosas dietas para manter a forma física ideal e ter os subsídios energéticos adequados a um bom desempenho. Enfim, seguir uma vida de privações e sacrifícios, bem diferente do que podemos considerar uma rotina convencional de um jovem. E isso que ainda não considerei a pressão do técnico, torcida e

patrocinadores por resultados e o enorme desgaste do próprio corpo, que obriga esses atletas a se aposentarem com idades precoces, entre 36 e 45 anos aproximadamente. Mas o que vemos no imaginário dos jovens em geral é que o atleta faz só o que gosta, é uma celebridade, ganha muito dinheiro e vive bem. A vida do indivíduo que tem o esporte como profissão é colocada como ideal, vista como sonho a ser perseguido, desejado por milhões de pessoas. Nas crianças não vejo problemas nesse pensamento, pois faz parte das suas fantasias e do seu brincar. Mas vejo esse pensamento nos jovens e até em alguns adultos. Ora, mas como já foi dito essa não é a realidade da profissão. Então de onde vem esse equívoco? É inútil e errado culpar os que têm essa falsa idéia, essa ignorância é fruto sim da falta de conhecimento, e que pode ser adquirido na escola. Faz parte da autonomia esportiva ter idéia das possibilidades, vantagens, desvantagens, conseqüências e dificuldades que tem o esportista profissional. Em posse dessas informações o jovem poderá refletir e fazer uma opção consciente se realmente é um caminho que ele pode e quer seguir. Mesmo tendo muito talento e boas perspectivas de futuro profissional ele pode não querer ter essa rotina de um profissional e usufruir melhor de sua juventude. E ainda se optar por essa carreira não quer dizer que ele será bem-sucedido e ganhará muito dinheiro e fama. Ajudar a desmistificar a vida de um esportista profissional não deixa de ser uma contribuição na apropriação do conteúdo esporte. É outra forma de conscientização que gera autonomia sobre ele. Autonomia para fazer uma leitura da realidade e realizar uma escolha mais consciente. E em se tratando de escola nada mais normal do que tratar mais uma nuance do esporte nas aulas de educação física.

O outro fator de maior relevância ainda diz respeito ao esporte como direito social. A significação do conteúdo corporal da cultura humana chamado esporte como direito de todos os cidadãos a seu acesso, garantido por lei, é um enorme passo. No meu caso esse passo só foi dado na faculdade. Mas não é por isso que considero esse um conhecimento complexo demais para ser tratado antes, na escola. Pelo contrário, pode ser democratizado fora dos muros da universidade. Se eu tive esse aprendizado tardiamente, foi por falha na minha educação física escolar, não por causa do nível de complexidade desse fato. Em primeiro lugar colocar o esporte como parte da cultura corporal de movimento já é uma "novidade" a ser abordada. Depois disso vem o direito social. O esporte deve ser reconhecido como "manifestação da cultura de um povo, como patrimônio cultural da humanidade e que, portanto, tem a prerrogativa de ser apropriado por essa

população, por essa sociedade, independentemente do seu poder de compra, de sua capacidade socioeconômica, por ser um direito dela” (CASTELLANI FILHO, 2004, p. 75). Para exercer a cidadania esportiva, além de acesso e domínio mínimo de um ou mais jogos, faz-se fundamental a conscientização do esporte como direito social. Isso leva a abordar a prática do esporte em especial na sua dimensão recreativa. Ou seja, pautado no lúdico, na alegria, na espontaneidade, e não no rendimento, na exclusão dos menos talentosos. É essa dimensão que abrange o esporte praticado como conteúdo do lazer, nos tempos livres. Entendido como uma forma de expressão da cultura corporal de movimento, sua dimensão recreativa contribui no entendimento do porquê dele ser tão difundido pelas outras culturas pelo mundo, do porquê afinal ele ser um direito social.

O esporte é classificado como conteúdo do lazer, pois nasceu com a prerrogativa de responder às necessidades de atividades e manifestações corporais. Caracteriza-se como educativo no sentido de apropriação de um conteúdo corporal, de socialização e interação com outros indivíduos e diferentes situações, e no acesso ao lúdico, a uma possibilidade de divertimento saudável. O fazer esportivo tem esses significados, é muito mais do que apenas saber fazer, ou fazer para o rendimento. Dessa forma pode ser acessado e vivenciado por todos, como direito social, é a sua importância, seu valor. Uma autonomia esportiva volta-se para um processo de conhecimento que reflita o “sentido e o significado desse fazer esportivo, de sua importância no universo da cultura do brasileiro e da brasileira, da perspectiva de como se faz presente no cotidiano da cidade” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 9).

E mais, o esporte na sua dimensão recreativa também está presente no processo de inclusão da população. Por ser direito social, é dever do Estado garantir o seu acesso a todos. Esse papel do Estado é importante, ainda mais no Brasil onde historicamente sempre se fez presente através de diretrizes e políticas públicas. O problema é que, desde a década de 1940 a época do Estado Novo, esta intervenção trouxe e consolidou o papel do esporte como disciplinador, funcionalista, pautado em parâmetros de rendimento, representado pela estrutura piramidal. Nela o esporte de lazer e o escolar encontram-se na base, praticado por muitos com o objetivo de detectar e selecionar talentos para o esporte de alto nível, este no topo da pirâmide e limitado a muito menos praticantes que os outros. De fato o alto nível é muito seletivo e voltado para poucos. A questão é uma estruturação esportiva pública voltada exclusivamente para ele,

tendo-o como meta a ser tentada por todos, sendo que jamais poderá contemplar a todos.

O caminho mais adequado é de um Estado que implemente políticas públicas de esporte no sentido de uma estrutura de círculos autônomos proposta por Castellani Filho (2007). Aqui cada esfera esportiva, o de alto nível, a de lazer e o educativo, continuam separados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, “mantém canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não-hierarquizadas” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 5). Ou seja, cada esfera trabalha com suas diretrizes e metas específicas de maneira independente, sem se subordinar uma à outra, porém sem perder o fator de ligação que faz com que todas elas possam ser chamadas de esporte, mesmo com as suas aparentes diferenças de rendimento desejável, inclusão/exclusão e demandas profissionais por parte dos professores que atuam em cada um deles.

Essa questão de políticas públicas ilustra o porquê da estruturação governamental em torno do esporte. Municípios, Estados e União possuem ministérios, secretarias e comissões para tratar da discussão, elaboração, execução e avaliação de programas nesse sentido. Ainda há muitos desses órgãos governamentais que contemplam juntamente esporte e lazer, prática ainda pertinente e interessante, mas já há cada vez mais desses órgãos que se dedicam exclusivamente ao esporte. Ter conhecimento da existência deles, sua estruturação, do direito social ao acesso a práticas esportivas, eleva ainda mais o nível da autonomia esportiva. Aborda o caráter reivindicatório da cidadania, especialmente aos menos favorecidos. Hoje a lógica do esporte, juntamente com o lazer como tempo livre do trabalho, é de espaços ocupados pela indústria de entretenimento, relações de mercado e consumo de produtos relacionados e acesso a essas práticas, favorecendo as pessoas de maior poder aquisitivo em detrimento dos restantes. Esse é um dado da realidade e, mesmo longe do ideal, é um ponto de partida.

Aqui entram as políticas públicas como forma de atender aos que acabam por ficar excluídos desse mercado de consumo, visto que são direitos sociais. O papel do Estado não é especificamente trabalhar para destruir a indústria de entretenimento, esta já cresceu substancialmente, adquirindo autonomia e poder em demasia. E mesmo que não fosse assim não defenderia o fim dela, não acredito que o público deva prevalecer e “exterminar” o privado ou vice-versa. Os dois podem agir nos conteúdos culturais, como o esporte, e até mesmo em outros setores como saúde e educação. O que ocorre é que na realidade brasileira foi constatado que a

demanda por políticas públicas em esporte e lazer é muito maior e seu atendimento por parte do Estado tem sido desproporcional a essa demanda. Isso volta ao aspecto da inclusão dos menos favorecidos, que não podem pagar para ter acesso ao esporte, favorecendo alguns em detrimento de outros. Porém esse raciocínio guarda um elemento perigoso, o de que a inclusão pelo esporte dá conta da inclusão de fato da população. Castellani Filho (2007) indica isso como um grande erro, a população carente precisa de políticas sociais que abordem várias outras necessidades e direitos sociais, não só o acesso ao esporte como forma de lazer. E não é incomum encontrar gestões que justificam a inclusão por atender a demanda de apenas algumas necessidades sociais.

A maior conscientização acerca do esporte implica também tudo isso, o conhecimento dele como direito social, das instâncias governamentais que tratam dele, a reivindicação coerente e responsável dos cidadãos quando necessário, e até mesmo como o esporte tem sido concebido na indústria cultural de entretenimento, como favorece mais a alguns setores da população, justificando mais ainda as ações públicas neste setor. A cidadania esportiva vai além do conhecimento sobre ele e da técnica base. Requer consciência crítica e reconhecimento dos diferentes fatores que o envolvem.

Em suma, a cidadania esportiva me mostrou um caminho para a autonomia esportiva e seus benefícios. O caminho para exercer a cidadania plena é longo, esse é apenas um começo para uma boa educação da sociedade. Em uma realidade como a brasileira, a conscientização aliada ao poder de reivindicação, inerentes a cidadania, são armas poderosas contra o abuso de poder ou mesmo para a simples emissão de opinião sobre questões de interesse coletivo. É uma proposta realmente muito teórica, entretanto pensada a partir da prática. Os dois andam juntos, a teoria é pensada a partir da prática para depois retornar a ela. A autonomia esportiva, através de saber o que é esporte, sua origem, trajetória e significado, e poder fazer uso dele, é uma forma educativa e muito agradável de se exercer cidadania no contexto da educação física escolar. E sempre fica a esperança de que desses pequenos exemplos podem nascer consciências críticas, justas e fortes, que construirão um futuro com todas as condições de ser melhor. Um futuro de cidadãos, não só os esportivos.

## 6 - Considerações Finais

Ao tomar contato com a história do esporte acabei por refletir sobre mais um paradoxo. É sabido que desde suas origens na Grécia Antiga, passando pelo surgimento do esporte moderno na Inglaterra, o esporte é um elemento elitista. Educativo sim, mas criado pelas classes dominantes e voltado para si mesmas. Ou seja, desde sua gênese, é voltado para favorecer alguns em detrimento de outros. A sua própria dinâmica competitiva, com os vencedores de um lado e derrotados de outro, nos mostra isso. Antes de se consolidar como instituição socialmente aceita (esporte contemporâneo) sofreu duras críticas por sua natureza excludente. Existiam movimentos ginásticos, especialmente na Alemanha, que promoviam suas atividades não-competitivas, funcionando como antagonistas e principais críticas do esporte.

Pensando na educação de hoje, é desejável que o esporte seja democrático a todos, massas e elites. Este acaba sendo o paradoxo, democratizar um conteúdo de natureza excludente. A cidadania esportiva teoricamente guia a autonomia e a apropriação do esporte. Mas se o esporte não chegar a todos não há cidadania esportiva. Então é possível o esporte para todos? Ou alguém acabará deixado de fora, "derrotado", como na competição? Penso eu que como o esporte reconhecido pelas leis brasileiras como direito social, é um reconhecimento da possibilidade e da necessidade de que ele seja estendido a todos. E também acredito que assim como ele já mudou de formato desde a sua origem até hoje, poderá mudar novamente.

O esporte assim como outros elementos, responde às necessidades da sociedade. No mínimo as necessidades da classe dominante. Portanto a evolução (no sentido de mudança) dele anda em consonância com as mudanças da sociedade. Isso dá a esperança de que possa ser mais democratizado no futuro. Mas de que também pode se fechar e excluir cada vez mais. As mudanças são graduais e a longo prazo, provavelmente não terei a oportunidade de ver o que mudará para o futuro. Mas em se tratando de educadores, é nossa obrigação apostar na democratização e na inclusão como parte de uma política social.

Outro aspecto interessante é que o esporte me parece estar no auge da sua existência.

Consolidado como instituição aos olhos do mundo, parte do cotidiano de milhões de pessoas, ligado a beleza estética, a promoção da saúde, a união dos povos, ao espetáculo, ao entretenimento. Só que não consigo deixar de fazer um raciocínio nesse caso. Uma pessoa, por mais forte e influente que seja, ou ainda um fenômeno qualquer, por maior que seja sua magnitude e importância, não se mantém no topo para sempre. A tendência de quando se chega ao seu auge, é manter-se por um período, perder força e depois cair. Tenho em mente esse pensamento cíclico, oriundo da cultura oriental, em que se acredita que todos os seres vivos, fenômenos sociais, governos, dinastias, ou o que quer que seja, passam pelo mesmo processo, de gênese, crescimento, ápice, declínio e morte. E durante o declínio pode surgir outra força no seu ápice que assuma a condição de predominante. Nesse raciocínio até me arrisco a afirmar que o esporte ainda entrará em declínio e perderá sua força. Deixará de responder as necessidades da sociedade ou não dará conta das necessidades de uma nova sociedade. E quando acontecer isso não deixa de influenciar e comprometer a cidadania esportiva. No entanto não vejo tantos problemas, pois a educação física escolar é pautada por vários conteúdos corporais da cultura como a dança e as lutas. O que realmente comprometeria seria um declínio de todos ao mesmo tempo, um declínio de toda a atividade física. O importante é que venho dando grande destaque ao esporte, mas ele não é a única possibilidade de ensino e vivência da cidadania. Mas enquanto o temos como predominante, em seu ápice, podemos utilizá-lo de forma inteligente e coerente na formação dos futuros cidadãos.

Quanto ao papel do professor de educação física na cidadania esportiva, ela deve antes de tudo permitir que se identifique o esporte como:

“[...] um conhecimento esportivo que não se limite ao saber fazer, e mais do que isso, não se limite a um saber fazer voltado para a busca do rendimento esportivo, da performance esportiva. Ele deve ser voltado, sim, para a existência de um conhecimento que reflita o significado desse fazer, o sentido desse fazer e a importância dessa prática social no universo da cultura do brasileiro e da brasileira [...]” (CASTELLANI FILHO, 2004, p. 77)

Ou seja, caracterizar o esporte e seu significado. A partir daí sim, entra a cidadania esportiva. Um exemplo de como proceder com esse “ensino cidadão” é colocado também por Castellani Filho em uma pequena história de sua autoria chamada “*Jogos Internos*”, em que conta

a história do garoto Marcos, que sonha em uma organização dos jogos internos da sua escola feito pelos próprios alunos, promovendo entre outras idéias a participação de todos que quiserem independente de talento ou falta dele. O próprio autor reconhece que sua intenção nesse texto não é exatamente o de promover jogos escolares dessa maneira. Mas não deixa de ser um ótimo exemplo de como a autonomia esportiva pode abranger aspectos que não imaginava possíveis. No exemplo esse tipo de organização de jogos escolares sempre coube aos professores de educação física, e que se fosse deixado totalmente a cargo dos alunos estes provavelmente não dariam conta por falta de experiência e auto-organização. Mas por que não abrir espaço para a contribuição e participação deles, fazê-los sentir fazer parte de algo que de fato pertence a eles?

O papel do professor é pensar em como dar essas possibilidades. A autonomia esportiva é o objetivo, já o caminho para se chegar a ela é aberto, flexível. Entretanto não se pode achar que o exercício da cidadania é uma exclusividade de suas aulas. Ela é dever de todo o educador. Cidadania é apenas uma parte, um começo para um processo que tem como claro objetivo a boa formação das futuras gerações. Uma responsabilidade enorme e que nem sempre a sociedade a valoriza como deveria.

Por fim espero ter contribuído aqui com uma pequena parte na construção e consolidação da teoria da educação física escolar brasileira. Ainda há um longo caminho pela frente, não faltarão adversidades, mas realmente espero poder me utilizar o que tenho aqui para percorrê-lo da melhor forma possível.

## 7 - Referências

BUARQUE, Cristovam. Os desafios da cidadania no século XXI. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, 1., 2001, Brasília. **Desafios para o século XXI**. Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Imprensa Oficial, 2001. p. 24 - 32.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. -. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRECHT, Bertolt. **Antologia Poética de Bertolt Brecht: O Analfabeto Político**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/brechtantologia.htm>>. Acesso em 02/12/2009.

CANIVES, Patrice. **Educar o Cidadão?** Campinas - Sp: Papyrus, 1991.

CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto Social Esporte e Lazer na Cidade: Da elaboração á implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas - Sp: Autores Associados, 2007. p. 1 a 15.

CASTELLANI FILHO, Lino. Esporte e Lazer da Cidade. In TURINO, Célio. **Recreio nas Férias: Uma Experiência de política pública de Lazer e Educação**. São Paulo: IMK Relações Públicas, 2004, p. 69 a 80.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa/ Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que e cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

REIS, Sólon Borges dos. **Educação Política**: educar para a liberdade, educar para a responsabilidade. São Paulo: União Paulista de Educação, 1990.

ROMANO, Roberto. Uma Questão de Costumes. In: Vários Autores. **Cidadania, Verso e Reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997/1998. p. 189 a 205.

ROUYER, Jacques. Pesquisas sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da educação física. In: ADAM, Y. et al. **Desporto e Desenvolvimento Humano**. Serra Nova, 1965. p. 159 a 195.